



João Pedro Stédile

Entrevistado por Gustavo S. Noronha\* | Economista do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

João Pedro Stédile é economista formado pela PUC-RS e pós-graduado pela Universidade Autônoma do México. Gaúcho, filho de pequenos agricultores originários da província de Trento na Itália, militante e dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina no Brasil. É co-autor de diversos livros e uma referência nacional na luta pela reforma agrária e justiça no campo. Em julho de 2008 nos concedeu esta entrevista por meio eletrônico.

**OIKOS:** Tradicionalmente a literatura sobre desenvolvimento e agricultura identifica cinco funções para a agricultura: liberar mão de obra para indústria, gerar oferta adequada de alimentos, suprir matérias primas para indústria, elevar exportações agrícolas e transferir renda real para o setor urbano. Seriam mesmo estas as funções da agricultura para o desenvolvimento econômico num tempo em que a indústria parece não ser capaz de absorver toda a força de trabalho e estamos diante de uma inflação mundial de alimentos?

**JOÃO PEDRO STÉDILE:** Essa questão envolve muitos temas que são complementares e podem ter abordagens bem diferentes embora não contraditórios. Primeiro acho que esse tipo de literatura econômica citada se refere ao papel da agricultura num modelo econômico dominado pelo capital industrial. No caso

\* O entrevistador agradece a Daniel Negreiros Conceição pela colaboração na formulação das perguntas.

brasileiro se refere ao período de 1930-1980, que recebeu várias denominações, mas que prefiro adotar o conceito de Florestan Fernandes e da teoria da dependência, que foi o período do modelo de industrialização dependente.

De 1990 para cá a economia brasileira passou a ser dominada pela hegemonia do capital financeiro e internacional. Isso significa que o pólo principal de acumulação dos grandes capitalistas agora é na esfera do capital financeiro, que, por sua vez domina a indústria, o comércio, e também a agricultura. E isso é o que explica a agricultura brasileira ser atualmente totalmente dominada por grandes empresas agroindustriais, a maioria delas transnacionais ou associadas a estas. A rigor, temos um verdadeiro oligopólio formado por umas 50 empresas que dominam toda cadeia dos insumos agrícolas, das máquinas e implementos, das sementes e o mercado comprador. E, por tanto, controlam também os preços e ficam com a maior parte da taxa de lucro produzida na agricultura. Os fazendeiros capitalistas, grandes proprietários rurais, se associam a elas e são delas dependentes. Subordinam-se a seus preços, a seu mercado, e arcam com o ônus do passivo ambiental e da super-exploração dos trabalhadores rurais, que são os verdadeiros produtores das mercadorias agrícolas. É o modelo do agronegócio, que é mais que um simples verbete, é a síntese de um novo modo de produzir na agricultura. Neste modelo não há espaço para os camponeses e a agricultura familiar. Apenas aqueles pequenos e médios agricultores que se capitalizarem, que adotarem a mesma lógica e que a eles se submetem, podem sobreviver. Todos os demais serão expulsos do campo.

Mas numa visão mais ampla do que é de fato desenvolvimento econômico, no sentido de termos uma sociedade que produz riquezas e que as distribui de forma mais equânime para atender as necessidades de toda população, evidentemente que a agricultura tem outras funções, muito mais importantes e necessárias.

A reforma agrária parece ser uma discussão perene no Brasil. Como, na sua visão, tem evoluído (ou não) a questão agrária? Ainda há espaço para um projeto de desenvolvimento sócio-econômico que tenha como um dos seus eixos a reforma agrária?

O conceito de questão agrária em geral é muito mal utilizado e compreendido pela literatura econômica brasileira e pior ainda pelos jornalistas e colunistas, em geral ignorantes do tema. A questão agrária é a área de conhecimento científico que procura explicar como as sociedades ao longo do tempo vão organizando a posse, uso e propriedade da terra. E também como as sociedades vão organizando os modos de produzir os bens de origem agrícola, para atender as necessidades. Então, em cada período histórico e de acordo com os modelos econômicos predominantes na sociedade, os problemas e os desafios agrários são distintos.

No caso brasileiro, os problemas agrários resultantes dos modelos econômicos adotados se diferenciaram basicamente em três grandes períodos. Primeiro na colônia, que adotou o modelo agro-exportador, a terra era um monopólio da coroa e a produção concentrada na forma de *plantation*, com trabalho escravo. Depois tivemos, no século XX, o modelo de industrialização que subordinou a agricultura à indústria como comentamos acima. E agora estamos numa terceira fase histórica, em que a terra esta ainda mais concentrada, e a produção agrícola, além de concentrada, desnacionalizada pelo controle das empresas transnacionais.

Nesta etapa não cabe mais a reforma agrária clássica, que foi implementada pelas burguesias industriais em quase todos os países desenvolvidos. Aquela reforma agrária se resumia a distribuir a terra. Aplicava o princípio republicano de que todos têm direito a terra. E procurava integrar os camponeses no mercado capitalista, produzindo mercadorias agrícolas para vender na cidade e comprando as mercadorias da indústria. Assim se desenvolveu o mercado interno em todos os países desenvolvidos.

Agora, em um modelo tão concentrado, a reforma agrária adquire outro caráter. Não apenas contra o latifúndio concentrador e improdutivo. Agora, é preciso uma reforma agrária que reorganize a propriedade e uso da terra. E que reorganize a produção. Priorize a produção de alimentos, com qualidade. A produção para o mercado interno. Um modo de agricultura que gere emprego, que distribua renda, que descentralize as agroindústrias, implantando milhares de unidades de forma cooperativada em todos os municípios brasileiros. E que leve a escola pra todo interior do país.

E, finalmente, a reforma agrária atual, que chamamos agora de popular, deve vir combinada com novas técnicas agrícolas respeitadas do meio ambiente, naquilo que chamamos de agroecologia. E esse tipo de reforma agrária não só está na ordem do dia, como se acentua cada vez mais sua necessidade, na medida em que o agronegócio produz apenas para exportação, produz alimentos cada vez mais contaminados pelo alto uso de agrotóxicos, e expulsa a mão-de-obra do campo.

Existe o debate entre o agronegócio e a chamada agricultura familiar. De um lado há quem diga que sem as divisas geradas pela atividade empresarial agrícola o Brasil não poderia enfrentar uma crise de balanço de pagamentos. De outra forma, afirma-se que é justamente o pequeno produtor que põe a comida na mesa do brasileiro. Quem está com a razão? Existe alguma fonte de dados que ajude a clarear a discussão? De que forma estes projetos são excludentes?

São dois modos de produzir na agricultura que na minha opinião são excludentes, pelas características que expliquei acima. E mais, o modelo do agronegócio

além de excluir os camponeses, está condenado. Sua matriz energética baseada no petróleo, que é a base dos fertilizantes químicos, agrotóxicos e do transporte, está inviabilizada em médio prazo. E somente os camponeses podem fazer uma agricultura sem petróleo e produzir alimentos saudáveis.

Nossa economia precisa se desenvolver com base nos serviços e na indústria. Nenhum país do mundo se desenvolveu, distribuiu renda com agricultura de exportação. A agricultura tem como função social básica produzir alimentos saudáveis para toda população e fixar as pessoas no interior, com condições de vida boas.

Pensar a agricultura como base das exportações é burrice. Vou dar um exemplo: toda exportação brasileira de carne bovina, que ocupa 250 milhões de hectares, e cria mais de 200 milhões de cabeça de gado, equivale ao mesmo valor das exportações de uma única fábrica, a EMBRAER, com seus 12 mil operários. Os dois exportam ao redor de 5 bilhões de dólares por ano. É a pequena propriedade a que ainda produz a maior parte dos alimentos para o mercado interno, porém subordinada às grandes indústrias e empresas.

Nós queremos outro modelo, que de fato valorize o trabalho do camponês e distribua renda. E isso o agronegócio não conseguirá e não quer. Porém, a confusão que se estabelece é que muita gente confunde agronegócio, que é um modelo de produção, apenas com o tamanho das propriedades. Nós defendemos um outro modelo de produção agrícola como expliquei acima. Mas esse novo modelo pode admitir propriedades médias e grandes. Desde que se adequem ao novo modelo e se liberem da dependência das empresas transnacionais. Os movimentos da Via Campesina defendem publicamente que deveríamos ter um limite máximo para a propriedade rural, e fixam como proposta até 1.500 hectares. E ninguém pode alegar que não pode produzir muita riqueza com 1.500 hectares.

Na questão específica do debate sobre energia, os agrocombustíveis podem ou não fazer parte de um projeto de desenvolvimento sustentável para o planeta?

Os agrocombustíveis podem e devem fazer parte de um novo modo de produzir energia para a sociedade brasileira. E é um bom exemplo, para explicar que o problema não é a agroenergia. Ela é a solução frente aos combustíveis fósseis do petróleo e do carvão vegetal e da energia nuclear. Mas o problema é como organizamos a sua produção. O governo e as empresas transnacionais estão implementando a produção de agroenergia no Brasil, justamente na forma do agronegócio. Ou seja, com monocultivo de cana ou soja, grandes extensões de terra e baseadas de novo no petróleo. Uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos e mecanização, baseados

no petróleo. Ora, essa forma de produzir substitui parcialmente o petróleo, mas é uma matriz que continua afetando o meio ambiente, porque destrói a biodiversidade, afeta o equilíbrio gerando mais aquecimento global. E o pior, substitui sim a produção de alimentos. Porque na medida em que o preço do etanol tem relação com o preço do petróleo, isso puxa a taxa média de lucro da agricultura para cima, e assim todos os preços agrícolas sobem, sobe a renda da terra e sobe o preço da terra.

Mas é possível produzir agroenergia na pequena e média propriedade, na forma de policultura, numa política que chamamos de soberania energética. Aonde o agricultor seria estimulado a produzir apenas 10 a 20% de sua área com cultivos energéticos. E poderíamos ampliar os produtos, como o girassol, a mandioca, o pinhão-manso, a mamona, a batata doce, ou seja, produtos que não competem com os alimentos. Instalar pequenas e médias usinas, que poderiam produzir a energia a ser utilizada no próprio município. O subproduto da agroenergia poderia ser utilizado como ração animal, para produzir mais leite, mais carne, mais proteína, com maior produtividade. Ou então produzir adubos orgânicos. E o excedente de energia da comunidade ou da propriedade se jogaria na rede de energia elétrica instalada. Como já acontece na Áustria e Alemanha, onde muitos agricultores têm até uma fonte de renda extra, elevada, com a venda da energia para a empresa que tem a rede. Aqui, a Copel e a Itaipu já estão fazendo testes com agricultores do Paraná, provando que é possível outro modelo.

E para isso o governo teria que organizar uma empresa estatal de agroenergia, que organizasse o mercado e normatizasse as regras, estimulando os agricultores a produzirem desta forma. A Petrobras com sua vocação e conhecimento estritamente dependente do petróleo, jamais fará isso. Nas conversas que fizemos com eles, nem acreditam que seja possível um trator ser movido a óleo vegetal, sem nenhuma mistura com diesel. Ou seja, o próprio biodiesel da Petrobras está ultrapassado. Não precisa misturar óleo vegetal com diesel de petróleo. As grandes fábricas de tratores da Europa já têm modelos e tecnologias de tratores que só usam óleo vegetal. E assim o agricultor produziria sua própria energia inclusive para transporte e mecanização. Infelizmente, o que está predominando no atual modelo e estimulado pelo governo é a ilusão de ganhar dinheiro com a exportação de etanol, para resolver os problemas dos carros individuais dos Estados Unidos e Japão, e para nós ficará o passivo ambiental e a poluição.

Os meios de comunicação, o poder judiciário e mesmo integrantes de governos supostamente aliados vêem movimentos sociais, tipo o MST, como um inimigo a ser combatido. Esta imagem muitas

vezes se reflete em uma opinião pública preconceituosa às ações destes movimentos e seus integrantes. Qual o fundamento disto?

Os meios de comunicação no Brasil estão oligopolizados em não mais de 5 grupos. Todos eles mancomunados com o grande capital. Eles transformaram um serviço público, de informação, em um negócio. Ganhar dinheiro. A mentira e o sensacionalismo dão mais audiência e mais lucro do que a verdade e a reflexão. Infelizmente, é assim que funciona. Dentro do poder judiciário também seguimos com resquícios da velha ditadura, em que muitos magistrados são verdadeiros zeladores dos interesses da classe dominante.

Mas tudo isso é efêmero, porque a realidade é outra. E dia mais, dia menos, o povo vai se dar conta, e vai se mobilizar por mudanças no Brasil. O papel dos movimentos sociais como o MST, e tantos outros, é conscientizar o povo, organizar o povo, e fazer lutas sociais para melhorar suas condições de vida. Em nenhum país do mundo, em nenhum momento da história da humanidade, os problemas sociais foram resolvidos pela boa vontade de governos, da imprensa ou do poder judiciário. Sempre a humanidade caminhou e fez mudanças progressistas quando o povo se organizou e se mobilizou. Não estamos nem um pouco preocupados com o que a Globo ou algum juiz conservador pode pensar sobre os movimentos sociais. Embora eles até possam ter poder de decidir e de influir. Mas isso não resolve problemas. E os problemas sociais, quando não se resolvem, só vão aumentando.

Torna-se cada vez mais evidente que o meio ambiente não pode ser tema estranho às discussões econômicas. Fosse o padrão de consumo médio estadunidense replicado em economias capitalistas emergentes como China ou Índia, certamente não só faltariam recursos naturais para atender esta demanda, bem como a devastação ambiental possivelmente inviabilizaria a vida humana. Como se isto não bastasse, a violência e a miséria se alastram como epidemia nos países pobres, sendo a situação da África um retrato caótico da barbárie das sociedades contemporâneas. Muitos recaem no pessimismo ante este quadro desolador. Um outro mundo é possível?

Um outro mundo, outro modelo de desenvolvimento, não só é possível como é mais do que necessário e urgente! E devemos ser otimistas. Justamente esse modelo predador do atual estágio do capitalismo, financeiro e internacionalizado, está trazendo como conseqüência o esgotamento das fronteiras de expansão da tomada dos recursos naturais. E pior, além dos recursos de nosso planeta não sustentarem esses padrões de exploração, as contradições são cada vez mais gritantes. O capital financeiro, para se proteger, depois de altamente concentrado, foge dos juros baixos, e vai especular nas bolsas de mercadorias de minérios, de petróleo e de alimentos, e

isso fez com que os preços desses produtos disparassem. Isso gera uma contradição, pois com esses preços é impossível a economia funcionar e, por tanto, haverá revoltas. Por outro lado, o alto nível de deprecação dos recursos naturais está esgotando as reservas de água, em muitas partes do mundo. Hoje a água está mercantilizada, como se fosse uma mercadoria qualquer, e se transformou em um líquido mais caro do que a gasolina e o leite. Existe mais de um bilhão de seres humanos que passam necessidade de água. Um dia vai explodir. Os alimentos estão cada vez mais contaminados. Envenenados. E a população começa a se dar conta que precisa mudar. Os ricos já migraram para as gôndolas de produtos orgânicos, por que sabem como se produz a comida pelo capitalismo, que a reduziu a uma mercadoria. Comida não é mercadoria, é um direito natural de sobrevivência de todo ser humano.

Então, o capitalismo nessa etapa está agudizando ainda mais as contradições numa velocidade incrível. E os problemas sociais da desigualdade e da exaustão dos recursos naturais vão aumentando. Claro que muitos pessimistas podem achar que ainda teremos que purgar uma verdadeira barbárie social... Mas eu sou otimista. Acho que a humanidade tem energias suficientes para construir outro modelo de desenvolvimento, apesar dos idiotas que todos os dias mentem na televisão e nos grandes jornais tentando enganar o povo.